

RESUMO EXPANDIDO DE REVISÃO DA LITERATURA

Hegemonia e currículo oculto: quando um instrumento de reprodução se torna uma ferramenta de transformação?

Vitor Matheus Bellis Alves, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento, UNESPAR-Campo Mourão, Brasil

Suzana Pinguello Morgado, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, UEM - Maringá, Brasil, spmorgado@uem.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral *propiciar reflexões acerca dos conceitos de hegemonia e currículo oculto e suas implicações na prática escolar*, de modo que o currículo escolar, com aporte nas teorias críticas, constitui-se como seu objeto de estudo. Tal objetivo estrutura a investigação e orienta a busca de resposta à seguinte problematização: como os ideais dominantes, por meio da hegemonia, impactam o trabalho docente para além do currículo prescrito? Este tema justifica-se, academicamente, pela escassez de trabalhos acerca desta temática e aliados às perspectivas críticas do currículo, conforme demonstrado por Moraes e Souza (2024), o que caracteriza o presente trabalho como emergente e inovador. Socialmente, este trabalho justifica-se pela perspectiva de que a escola não é um ambiente à parte da sociedade, de modo a impactar e ser impactada pela sua configuração, ou seja; compreender os ideais que influem sobre o trabalho docente para além de um currículo prescrito é de suma importância para a compreensão de quais tipos de sujeitos e indivíduos serão formados por esta escola e para esta sociedade (bem como o impacto na formação da própria sociedade). Profissionalmente, este trabalho justifica-se na medida em que o conhecimento destes conceitos impacta diretamente a atuação do profissional pedagogo, uma vez que sua prática em solo escolar é perpassada – quando não se tem tal consciência – por práticas e dimensões muitas vezes ocultas no processo de interação social.

MÉTODO

Este trabalho é o desdobramento de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - *campus* de Campo Mourão, de modo que apropria-se de algumas de suas discussões e de seus paradigmas metodológicos. Desta forma, tal trabalho caracteriza-se metodologicamente como interdisciplinar, à medida em que compreende que a visão limitada de uma única disciplina não é o suficiente para a análise de fenômenos complexos tais como os que se apresentam na realidade concreta. Neste sentido, prioriza-se “[...] uma postura que avance em direção a uma visão do todo enquanto unidade de articulações possíveis e dinâmicas e não como uma soma de partes separadas e estanques” (Bicudo, 2008, p.144), perspectiva esta que opõe-se aos ideais de objetividade e compartimentalização do conhecimento característicos da ciência positivista. Em outras palavras, a interdisciplinaridade compreende que “é da presença na consciência do investigador de várias linguagens e várias disciplinas que pode resultar o próprio progresso científico”

(Pombo, 2008 p.22), de modo que não preconiza a simples soma das partes de um todo, mas a análise de como cada uma destas partes se articulam com este todo e com os contextos em que estão inseridas (Najmanovich, 2008).

Ainda no que tange ao caráter metodológico, este trabalho pauta-se sobre uma revisão bibliográfica, caracterizada por Gil (2002) como a leitura e análise de materiais já elaborados sobre o tema em questão, a fim de identificar as perspectivas já abordadas, teorias construídas e possíveis lacunas. Da mesma forma, parte-se da perspectiva de Lakatos e Marconi (2003), de que a pesquisa de revisão bibliográfica não restringe-se à mera repetição do que já foi dito, mas permite novas análises e a elaboração de perspectivas inovadoras acerca do objeto de estudo. Nesta esteira de pensamentos, os materiais coletados referem-se a artigos científicos encontrados no *Google Acadêmico*, revistas científicas e livros físicos.

Quanto ao método, o presente trabalho baliza-se pelo materialismo histórico e dialético de Marx (2015), que estabelece que determinado objeto de estudo deve ser analisado em consideração à vida material que orienta a configuração social no qual o mesmo está inserido, bem como seu recorte temporal. Neste sentido, utiliza-se, para este resumo expandido, as categorias de hegemonia e reprodução que, respectivamente, estabelecem um movimento de disseminação de ideais dominantes com vistas a reprodução de um modelo societário vigente.

Dessa forma, o presente trabalho volta seu olhar para os conceitos de hegemonia e currículo oculto, que constituem-se como instrumentos de análise do objeto currículo, o que demandou olhares da educação e da sociologia.

REVISÃO DE LITERATURA

Em jus à natureza materialista deste trabalho, a compreensão acerca do objeto currículo pauta-se sobre as teorias críticas; ou seja, o currículo constitui-se como um território de disputa de poderes e luta de classes, e instrumento do exercício de poder, permeado, portanto, por ideais conflitantes (Silva, 2003). Deste modo, com subsídio nas análises de Apple (2016), entende-se que o currículo não deve ser levemente definido como *o conjunto de conteúdos a serem ensinados* mas também como *o conjunto de conhecimentos que não devem ser ensinados e a quem não devem ser ensinados*. O próprio ato de escolha dos conteúdos que compõem um currículo já caracteriza um exercício de poder, de modo que Apple (2016) enfatiza a importância de questionar os “porquês” por trás dessas escolhas: por que ensinar estes conteúdos e não aqueles? Quais tipos de indivíduos serão formados por meio da veiculação desses conteúdos? Quais grupos sociais são beneficiados pela formação desses sujeitos?

De acordo com Apple (2016), a escolha de componentes curriculares caracteriza uma intencional maximização de determinados conhecimentos e sua estratificação em disciplinas – no qual cada uma terá uma carga horária específica em sala de aula – confere a determinados grupos de conteúdos a classificação como *conhecimento de alto status*. Segundo o autor (*idem*) – subsidiado em suas análises da obra *A reprodução* de Pierre Félix Bourdieu (1930 - 2002) e Jean-Claude Passeron (1930 - atualmente) – a veiculação deste conhecimento de alto status constitui o currículo (enquanto documento) como instrumento de distribuição do capital cultural. Em análise à mesma obra – *A Reprodução* – Silva (2003) estabelece que a cultura (bem como a educação) não funcionam em

correspondência direta ao sistema econômico, por meio de determinações diretas deste, mas sim por meio de uma metáfora econômica, ou seja; a disseminação cultural funciona não *pela economia* mas sim *como uma economia* (daí o conceito de *capital cultural*). Neste sentido, Apple (2016), estabelece que assim como o sistema econômico naturalmente produz desigualdades por meio da acumulação e distribuição do capital, a educação (instrumentalizada pelo currículo tal como este se apresenta) também produz, de maneira natural, desigualdades na distribuição do capital cultural e conhecimento de alto status.

Isso porque, de acordo com Silva (2003), o currículo apresenta-se por meio dos códigos da cultura dominante. Dessa forma, de acordo com o autor (*idem*), o processo de disseminação da ideologia dominante não se dá pela inculcação da mesma nas crianças da classe trabalhadora, mas sim por um processo de imersão: ambas as classes estão inseridas na mesma cultura, entretanto, por esta cultura apresentar-se por meio dos códigos dominantes, as crianças da classe trabalhadora tem dificuldades em compreendê-los, enquanto as crianças da classe dominante os assimilam com facilidade, o que traduz-se, respectivamente, pelo insucesso e o sucesso escolar das crianças. Este processo de imersão, que paradoxalmente caracteriza-se como um processo de inclusão excludente, ilustra o que Apple (2016) estabelece como a desigualdade na distribuição do capital cultural. Todavia, de acordo com Apple (2016), para compreender como estes fenômenos se efetivam em sua amplitude, é necessária a compreensão dos conceitos de hegemonia e currículo oculto – que constituem-se como o cerne do presente trabalho.

De acordo com Apple (2016) a hegemonia caracteriza-se como um campo no qual os grupos dominantes têm a necessidade de um constante convencimento ideológico, que se traduz na dominação de uma classe sobre a outra. Segundo o autor (*idem*) é justamente nesse esforço contínuo que a dominação econômica se transforma em hegemonia cultural, alcançando sua máxima quando os ideais dominantes se legitimam de tal forma que se naturalizam, assumindo a forma de um consenso; de senso comum. Em outras palavras, em Apple (2016), a hegemonia constitui-se como a criação sutil de formas de consciência que permitam o controle e a reprodução, sem a necessidade de utilização de formas explícitas de dominação e coerção.

Entretanto, Apple (2016) estabelece que este processo não acontece de forma intencional, ou seja, não caracteriza-se como uma imposição consciente e arbitrária de uma classe sobre a outra, de modo que a não compreensão deste ponto pode levar a uma análise simplista; um pensamento determinista de que o sistema econômico determina automaticamente as formas que assumem a cultura e a consciência. Apple (2016, p.38) defende que a determinação das formas culturais e de consciência caracterizam-se “[...] como uma rede complexa de relações que, no final, tem suas raízes na economia, [e que] exerce pressões e estabelece limites sobre a prática cultural, inclusive as escolas”, o que significa que a cultura não é um reflexo direto do sistema econômico, mas sim que este reflexo é mediado pelas interações sociais entre os indivíduos e seus contextos sociais.

Nesse sentido, Apple (2016), estabelece que a hegemonia é um campo de constante construção de significados e práticas sociais organizadas, de modo que a paulatina confirmação destes significados e práticas sociais na vida cotidiana desencadeia um processo de saturação do pensamento, que naturaliza tal realidade e a legitima como a única possibilidade cultural, econômica e intelectual realmente funcional. Dessa forma, Apple (2016) afirma que hegemonia caracteriza-

se não como uma coerção ou imposição explícita de ideais, mas sim como um processo cultural no qual, por meio de contínuas socializações, determinados valores, conhecimentos e visões de mundo das classes dominantes passam a ser vistos como naturais, neutros e universais, o que garante a reprodução de um modelo social vigente. Nesse sentido, Apple (2016, p.125) sublinha que

O que frequentemente era, no passado, uma tentativa consciente, por parte da burguesia, de criar um consenso que não existia se tornou agora a única interpretação possível das possibilidades sociais e intelectuais. O que era antes uma ideologia sob a forma de interesse de classe se tornou agora a definição da situação na maior parte dos currículos escolares.

Dessa forma, compreende-se o que Apple (2016) afirma acerca da disseminação dos ideais dominantes por meio da hegemonia não ser um processo totalmente consciente ou arbitrário: o que em sua gênese foi um processo consciente de imposições de ideais, contemporaneamente toma a forma de uma socialização natural. Em outras palavras, ambas as classes socializam os mesmos ideais, porém por objetivos distintos: a classe dominante os socializa por entender que estes são benéficos para si, uma vez que tem condições materiais e sociais para neles obter algum sucesso, enquanto a classe trabalhadora os veicula por enxergá-los como a única forma de realidade possível e neles ver alguma chance de ascensão social. Por fim, Apple (2016) estabelece que a hegemonia não é um campo pronto e acabado, mas sim um processo que necessita de constante manutenção, negociação e defesa, de modo que, dentre outras coisas, cabe à escola o papel de delimitar esta socialização de ideais hegemônicos. Ou seja, a escola tem fundamental importância no processo de manutenção da hegemonia e um de seus principais instrumentos para tal é o currículo oculto. Nesse sentido

Podemos aprender sobre a importância do ensino tácito ou oculto a partir da literatura sobre a socialização política. Começa a ficar claro que a “aprendizagem incidental” contribui mais para a socialização política de um aluno do que, digamos, aulas de civismo ou outras formas de ensino deliberado de determinada orientação de valor ético-social. As crianças aprendem como lidar e como se relacionar com a estrutura de autoridade da coletividade a qual pertencem pelos padrões de interação a que são expostas nas escolas (Apple, 2016, p.128).

Com base nos ideais do excerto acima, compreende-se que determinados costumes, normas e valores são aprendidos de forma mais eficaz por meio das interações sociais vivenciadas pelos alunos do que propriamente pelos conteúdos de um currículo explícito. Nesse sentido, de acordo com Silva (2003), o currículo oculto é o campo pelo qual, por meio das interações com outros alunos, com os professores e com a estrutura da escola, se dá a formação dos indivíduos para esferas além do conhecimento formal. Formam-se, portanto, modos de pensar, de agir, de performar e se comportar em sociedade, de acordo com os papéis sociais elaborados nas diferentes interações, de modo que o currículo oculto caracteriza-se como um dos instrumentos centrais na manutenção da hegemonia e reprodução social, uma vez que a escola, pelo senso comum, é o lugar no qual se aprende o conhecimento científico, de modo que as relações sociais ali estabelecidas, e o aprendizado delas proveniente, um outro *status* de importância e veracidade enquanto práticas sociais amplamente aceitas (e que serão reproduzidas pelas crianças em seu cotidiano fora da escola).

Apple (2016) afirma que os aprendizados provenientes destas interações sociais em solo escolar se combinam com interações realizadas anteriormente pelos alunos fora de solo escolar (família, amigos, igreja, internet, etc) e as justificam, de

modo a concretizar o processo de saturação do pensamento e delimitar esta forma de realidade como válida e verídica, o que garante a manutenção da hegemonia. Com base nestes preceitos e em consideração às ideias de Silva (2003, p.79) de que “[...] o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência e o individualismo”, compreende-se que o currículo oculto é um essencial instrumento na manutenção da hegemonia e reprodução do modelo societário vigente.

Há que se ressaltar que o currículo oculto (e os ensinamentos dele provenientes) é profundamente perpassado pelos ideais construídos no processo de construção da hegemonia que, como visto em Apple (2016), é fruto de um processo de complexas e intensas socialização de práticas sociais e formas de pensamento, o que não imprime uma intencionalidade de imposições de ideais. Deste modo, compreende-se que o currículo oculto, constituído por relações sociais permeadas pelo processo hegemônico, é igualmente desintencional, de modo que as discussões acerca desta dimensão curricular não devem ser confundidas com o discurso de “professor doutrinador”. Ao contrário, a discussão deve ser apropriada de modo à fomentar reflexões acerca das práticas docentes, sobre em que medida a práxis pedagógica, no contexto de relações sociais hegemônicas e do currículo oculto, colabora com a manutenção e reprodução do modelo societário vigente ou com a formação humana com vistas à transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises acima, compreende-se que o currículo, enquanto documento que normatiza e instrumentaliza o trabalho escolar, caracteriza-se como um campo de disputa de ideais e exercício de poder, cujo papel, no cenário capitalista – papel este que, inevitavelmente, expande-se para a escola –, consiste em legitimar os ideais hegemônicos. Tal processo se dá pela maximização de determinados conteúdos que constituem-se como conhecimento de alto status e capital cultural. Para além de suas dimensões formais, o currículo ainda dissemina a lógica dominante por meio de sua dimensão oculta, profundamente permeada pela saturação de pensamentos decorrente do processo hegemônico, que naturaliza uma visão de mundo que garante a reprodução do sistema vigente, pautado sobre a acumulação de capital e desigualdades sociais.

Entretanto, o processo de hegemonia requer constante manutenção e convencimento, o que abre espaço para novas formas de pensamento que propiciem reflexões acerca da realidade e promovam uma transformação social. Do mesmo modo, a consciência acerca da existência do currículo oculto também o transforma em um espaço de reflexão sobre a prática docente. Dessa forma, hegemonia e currículo oculto, antes instrumentos de reprodução, podem enfim se tornarem ferramentas de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia. Currículo. Teorias do currículo. Currículo oculto.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual do Paraná, que me permitiu realizar tais reflexões em minha dissertação de mestrado, à minha orientadora, que está presente em minha trajetória acadêmica desde a Iniciação Científica e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) que financia minha pesquisa por meio de seu programa de bolsas de estudos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Artmed Editora, 2016. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/500036536/Michael-W-Apple-Ideologia-e-Curriculo>. Acesso em: 1 dez. 2026.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/1647>. Acesso em: 1 dez. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 19 abr. 2026.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: [https://redept.com.br/uploads/biblioteca/MARX, Karl. O Capital . vol I . Boitempo . .pdf](https://redept.com.br/uploads/biblioteca/MARX,_Karl._O_Capital_.vol.I_.Boitempo_.pdf). Acesso em: 19 abr. 2026.

MORAES, Deila da Silva Bareli de; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Teorias do currículo e produção científica: mapeamento conceitual a partir da bibliometria . **Educação em Revista**, v. 40, p. e45051, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469845051>. Acesso em: 19 abr. 2026.

NAJMANOVICH, Denise. Interdisciplina: riesgos y beneficios del arte dialógico. In: NAJMANOVICH, Denise. *Mirar con nuevos ojos: nuevos paradigmas en la ciência y pensamento complejo*. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. 200 p., p. 133-143. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333948305_Interdisciplina_Riesgos_y_beneficios_del_arte_dialogico. Acesso em: 19 abr. 2026.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**. Unioeste, Foz do Iguaçu, v. 10 – n.1 - p. 9-40, 1 sem. 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.